

O QUE ESTEVE POR TRÁS DO ENORME SALDO COMERCIAL BRASILEIRO EM 2017?

Gilmar Mendes Lourenço

Em paralelo ao discreto ensaio de restauração dos patamares de consumo doméstico, ocasionado pela conjugação virtuosa entre declínio consistente da inflação e dos juros, depois da ancoragem das expectativas realizada pela autoridade monetária, e revigoramento do mercado de trabalho, ainda determinado pelo avanço da informalidade, e da confiança, a economia brasileira vivenciou significativa expansão do comércio exterior em 2017.

De fato, o saldo da balança comercial foi o maior da história, atingindo US\$ 67,0 bilhões, contra US\$ 47,6 bilhões, em 2016, equivalendo a um auspicioso salto de 40,5%. As exportações chegaram a US\$ 217,7 bilhões, representando variação de 18,5% em relação ao ano antecedente, depois de amargarem retração por três exercícios consecutivos. De seu lado, as compras externas somaram US\$ 150,7 bilhões, ou incremento de 10,5% frente a 2016.

Contudo, é preciso redobrada cautela na formulação de tendências apoiada em tais resultados, pois avaliações exageradamente triunfalistas podem ensejar o menosprezo à influência exercida por variáveis meramente conjunturais e a magnificação da defesa da interferência de eventos de natureza estrutural. Isso porque, apesar de indiscutivelmente animadores, os números não são portadores de novidades ou motivos para celebrações efusivas na fronteira externa brasileira.

Um breve exame da matriz explicativa do desempenho comercial do País permite identificar a combinação entre continuidade do movimento expansivo da economia mundial, acompanhado da recuperação das cotações das commodities, e superação do prolongado e profundo ciclo recessivo doméstico, que incitou a retomada das importações.

O destaque coube, mais uma vez, às vendas de itens básicos, que experimentaram acréscimo de 28,7% e responderam por 46,4% do total, versus 42,7%, em 2016. Mais especificamente, petróleo em bruto (66,4%), fortemente afetado pela ampliação da produção nos campos do pré-sal e da inversão do curso cadente dos preços mundiais, e minério de ferro (+45,6%) e soja em grão (+34,1%), atrelados ao empuxe da China, constituíram as performances preponderantes. Os três produtos contribuíram com 7,6%, 8,8% e 11,8%, respectivamente, do valor total das vendas externas.

No conjunto dos semimanufaturados (14,4% do total, versus 15,1%, em 2016), que cresceu 13,3%, os protagonistas foram ferro/aço (56,4%), ferro fundido (47,2%), madeira serrada (24,8%), ferro-ligas (18,2%), celulose (4,8%), óleo de soja em bruto (14,8%) e açúcar em bruto (10,1%). Açúcar em bruto e celulose, com pesos de 4,2% e 2,9%, respectivamente, do total, compreendem os itens mais importantes.

Em manufaturados (36,9% do total, versus 39,9%, em 2016), que cresceram 9,4%, sobressaíram óleos combustíveis (80,5%), máquinas para terraplanagem (66,0%), tratores (49,3%), automóveis de passageiros (43,9%), laminados planos (39,3%) e veículos de carga (37,4%).

O carro chefe do grupo é formado por automóveis de passageiros, com participação de 3,1% do total, ante 2,5%, em 2016. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), as montadoras brasileiras exportaram 762 mil veículos em 2017, o que significa recorde histórico, 46,5% acima do verificado em 2016, comportamento imputado, fundamentalmente, à ressurreição da economia argentina. A produção foi de 2,7 milhões de unidades, 25,2% superior à de 2016, sendo 28,0% dirigida ao mercado externo, aproximando-se do recorde de 30,0%, atingido em 2005.

A ascensão das importações repousou em combustíveis e lubrificantes (42,8%), bens intermediários (11,2%) e bens de consumo (7,9%), enquanto as de bens de capital regrediram -11,4%, reflexo da ainda bastante morosa reativação interna dos negócios. Até porque, mesmo apresentando incremento de 2,5% em 2017, a produção industrial ainda encontra-se 15,8% abaixo dos patamares atingidos em dezembro de 2010.

No que diz respeito à corrente de comércio, mesmo perfazendo US\$ 368,5 bilhões e subido 15,1% em comparação com 2016, ainda situa-se em níveis quase 25% inferiores aos obtidos em 2011, simbolizando o retorno de práticas voltadas ao fechamento da economia nacional sob a administração Dilma Rousseff.

A consolidação da trajetória de geração de substanciais superávits comerciais e, por extensão, minimização ou até eliminação da vulnerabilidade externa brasileira, exigirá esforços na

A consolidação da trajetória de geração de substanciais superávits comerciais exigirá esforços na direção da diversificação da pauta de produtos exportados e dos mercados compradores.

direção da diversificação da pauta de produtos exportados e dos mercados compradores, abrandando a subordinação aos itens básicos, comercializados em maior proporção com a China, e aos automóveis, mais demandados com o reerguimento da Argentina.

Apenas a título de ilustração, enquanto a presença chinesa como destino das exportações brasileiras, notadamente de soja e minério de ferro, saltou de 20,2% para 23,0%, entre 2016 e 2017, e a da Argentina passou de 7,2% para 8,1%, a dos Estados Unidos permaneceu estável (caiu de 12,5% para 12,3%) e a da União Europeia recuou de 18,0% para 16,0%.

Nessas condições, afigura-se crucial a deflagração de uma incansável busca de dissipação das resistentes trevas ao funcionamento adequado da área externa, principalmente a excessiva carga de impostos, a burocracia e os estrangulamentos infraestruturais que, em ambiente de crescente deterioração das contas públicas, tendem a impulsionar o custo Brasil e prejudicar a já combalida competitividade das empresas exportadoras.

Igualmente restritivas predominam a ausência de uma política comercial voltada à inserção competitiva do Brasil nas cadeias globais de valor; as distorções macroeconômicas, sintetizadas na dobradinha câmbio baixo e juros altos e na insuficiência de financiamento; a escassez de prospecção de mercados potenciais, a reduzida abrangência de pesquisas de inteligência comercial e a falta de estratégias de internacionalização e de cultura exportadora.